



**MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**

---

**RESPOSTA AO MEMORANDO 1DOC 3.274/2021**

DA:

**Procuradoria Geral do Município de Medianeira**

PARA:

**Secretaria de Finanças – Divisão de Contabilidade**

**A/C Marta Regiana Ribeiro Fracaro e Cacildo Antônio Theisen Benke**

Em resposta ao pedido de Vossa Senhoria (1doc. 3274/2021), informamos que consta em anexo parecer jurídico informando o número das leis municipais que foram criadas no âmbito municipal, com os devidos esclarecimentos.

Atenciosamente

Medianeira – PR, 30 de Março de 2021.

  
**Vitor Eduardo Frosi – OAB /PR 36.904**

**Procurador Geral do Município**

  
**Sérgio Augusto Mittmann – OAB/PR 40.021**

**Advogado Municipal**



**MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**

---

PARECER JURÍDICO

**EMENTA:** APONTES AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. OBJETO. EQUILÍBRIO ATUARIAL.

**DOS FATOS**

Foi submetido a apreciação da Procuradoria Geral do Município de Medianeira memorando da Divisão de Contabilidade, solicitando informações acerca da legislação existente no âmbito municipal que institui a forma de amortização do déficit atuarial visando o equilíbrio atuarial do IPREMED – Instituto de Previdência do Município de Medianeira, quanto ao Regime Financeiro de Repartição Simples.

Para melhor elucidar a questão, necessária análise da legislação municipal, onde vemos que o Município de Medianeira, por meio da Lei Municipal 081/2005 de 29 de outubro de 2005 dispôs sobre a reestruturação e reorganização do Regime Próprio de Previdência Social do Município, instituindo o IPREMED – Instituto de Previdência do Município de Medianeira, Autarquia Municipal vinculado à Administração Pública Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob número 07.902.410/0001-77.

A Portaria nº 403, de 10 de dezembro de 2008, do Ministério da Previdência Social, publicada no Diário Oficial da União em 11/12/2008, dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, define parâmetros para a segregação da massa e dá outras providências, dispõe no art. 2º, inciso XII que:

**Art. 2º Para os efeitos desta Portaria considera-se:**



**MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**

---

**XIII - Regime Financeiro de Repartição Simples:** regime em que as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas, em um determinado exercício, sejam suficientes para o pagamento dos benefícios nesse exercício, sem o propósito de acumulação de recursos, admitindo-se a constituição de fundo previdencial para oscilação de risco; (grifo nosso)

A natureza do Plano Financeiro – Regime Financeiro de Repartição Simples não objetiva, a princípio, a acumulação de recursos, eventualmente havendo falta deste para cobertura dos benefícios concedidos, deverá o Município de Medianeira cobrir esta falta, zerando os saldos mês a mês, por meio de aporte suficiente para cobrir a folha, em um regime de repartição simples.

O art. 135 da Lei Municipal 081/2005 dispõe que se necessitar de integralização da folha líquida de benefícios, serão utilizados 50% (cinquenta por cento) da complementação da despesa com valores oriundos do Fundo Financeiro e 50% (cinquenta por cento) da complementação da despesa será oriunda de recursos orçamentários do município, estabelecidos na forma legal instituída para o procedimento orçamentário, observada a previsão de despesa apurada em avaliação atuarial:

**Art. 135.** Quando as despesas previdenciárias, do grupo de servidores admitidos e nomeados até a promulgação e publicação desta Lei, for superior à arrecadação das suas contribuições previstas nos art. 130 e 131 e das contribuições previstas no inciso II do art. 132, e já efetuado o procedimento previsto no § 2º do art. 134, será assim efetivada a necessária integralização da folha líquida de benefícios do grupo em questão:

I – 50% (cinquenta por cento) da complementação da despesa será oriunda dos valores acumulados no Fundo Financeiro;  
II – 50% (cinquenta por cento) da complementação da despesa será oriunda de recursos orçamentários, estabelecidos na forma legal instituída para o procedimento orçamentário, observada a previsão de despesa apurada em avaliação atuarial.

§ 1º Quando os recursos do Fundo Financeiro tiverem sido totalmente utilizados, o **Município**, suas autarquias e fundações e demais entidades sob seu controle direto ou



**MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**

*indireto assumirão a integralidade da folha líquida de benefícios.* (Grifo nosso)

O parágrafo primeiro do referido art. 135 da Lei Municipal 081/2005 disciplina que quando os recursos do Fundo Financeiro tiverem sido totalmente utilizados, o Município, suas autarquias e fundações e demais entidades sob seu controle direto ou indireto assumirão a integralidade da folha líquida de benefícios.

A legislação municipal que regulamenta o valor repassado pelo Município de Medianeira no que tange a alíquota de contribuição patronal, estabeleceu a alíquota de contribuição a ser repassada pelo Município de Medianeira, suas autarquias e fundações e demais entidades sob seu controle direto, no importe de 11% (onze por cento) no que tange aos participantes admitidos e nomeados até a data da promulgação desta lei (29/10/2005), sendo estes os que formam o Grupo do Regime Financeiro de Repartição Simples, conforme se denota no art. 132, inciso I da referida lei municipal:

*Art. 132. A alíquota de contribuição do Município e de suas autarquias e fundações e demais entidades sob seu controle direto ou indireto corresponderá a:*

*I – 11% (onze por cento) da totalidade das parcelas ordinárias de contribuição dos participantes admitidos e nomeados até a data de promulgação e publicação desta Lei, vinculando-se a totalidade dos recursos arrecadados dos participantes ativos, aposentados e pensionistas com a alíquota de contribuição do Município e seus órgãos, para o fundo financeiro, denominado pela engenharia financeira de RRS – Regime de Repartição Simples; e*

O Município de Medianeira, com o objetivo de manter o equilíbrio atuarial mensal, no ano de 2011 elevou de 11% (onze por cento) para 13% (treze por cento) a alíquota a ser repassada por parte do Município de Medianeira, suas autarquias e fundações e demais entidades sob seu controle direto, no que tange aos participantes admitidos e nomeados até a data da promulgação da Lei Municipal 081/2005, ou seja, o grupo de regime de repartição simples RRS – Regime de Repartição Simples, que abrange grupo de maior número de funcionários públicos efetivos e mais antigos.



**MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**

---

Isto se deu por meio da Lei Municipal 140/2011, de 26 de agosto de 2011, alterando o disposto no inciso I do art. 132 da Lei Municipal 081/2005, de 29 de outubro de 2005:

*"Art. 1º O inciso I do artigo 132 da Lei Municipal nº 081/2005 de 29 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação, sendo:*

*Art. 132. (omissis)*

*I – 13% (treze por cento) da totalidade das parcelas ordinárias de contribuição dos participantes admitidos e nomeados até a data de promulgação e publicação desta Lei, vinculando-se a totalidade dos recursos arrecadados dos participantes ativos, aposentados e pensionistas com a alíquota de contribuição do Município e seus órgãos, para o fundo financeiro, denominado pela engenharia financeira de RRS – Regime de Repartição Simples; e"*

Ainda, visando manter o equilíbrio atuarial mensal, fora novamente aumentada a alíquota de 13% (treze por cento) para 16,18% (dezesseis vírgula dezoito por cento), pela Lei Municipal nº 194/2013, de 07 de março de 2013:

*"Art. 1º O inciso I do artigo 132 da Lei Municipal nº 081/2005 de 29 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação, sendo:*

*Art. 132. (omissis)*

*I – 16,18% (dezesseis vírgula dezoito por cento) da totalidade das parcelas ordinárias de contribuição dos participantes admitidos e nomeados até a data de promulgação e publicação desta Lei, vinculando-se a totalidade dos recursos arrecadados dos participantes ativos, aposentados e pensionistas com a alíquota de contribuição do Município e seus órgãos, para o fundo financeiro, denominado pela engenharia financeira de RRS – Regime de Repartição Simples; e"*

Ainda, visando manter o equilíbrio atuarial mensal, fora novamente aumentada a alíquota de 13% (treze por cento) para 14% (quatorze por cento) parte do servidor e mantidos os 16,18% (dezesseis vírgula dezoito por cento) parte patronal, pela Lei Municipal nº 843/2019, de 17 de dezembro



**MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA**

---

de 2019, com fundamento na Reforma da Previdência, com efeitos financeiros a partir de março/2020:

*Art. 130 – A alíquota de contribuição dos participantes em atividade para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social corresponderá a 14% (quatorze por cento) incidentes sobre a remuneração de contribuição de que trata o art. 6º desta Lei, a ser descontada e recolhida pelo órgão ou entidade a que se vincule o servidor, inclusive em caso de cessão, hipótese em que o respectivo termo deverá estabelecer o regime de transferência dos valores de responsabilidade do servidor e do órgão ou entidade cessionária.*

*Art. 131 - (omissis)*

*I – 14% (quatorze por cento) sobre os proventos de aposentadorias e pensões, concedidas, que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.*

Desta forma, são estas as legislações existentes no âmbito municipal que auxiliam, direta ou indiretamente, na amortização do déficit atuarial mensal, *in casu*, visando o equilíbrio atuarial quanto ao Regime Financeiro de Repartição Simples (servidores públicos municipais admitidos até 29/10/2005).

Atenciosamente.

Medianeira – PR, 30 de Março de 2021.

  
Vitor Eduardo Frosi – OAB /PR 36.904

*Procurador Geral do Município*

  
Sérgio Augusto Mittmann  
OAB/PR 40.021